



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

# TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

1º ANO - Turma: B (Dia) - 2007/2008

FREQUÊNCIA ESCRITA DE TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

REGÊNCIA: Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos

10/12/2007

Duração: 60 minutos

I - Aprecie dois dos seguintes três casos:

1. Alfredo, futebolista célebre, cedeu ao seu Clube, por contrato, o direito à exploração da sua imagem, o que o Clube fez cedendo-o por quantias elevadas para campanhas de publicidade várias. Mais tarde, Alfredo recebeu uma proposta de comercialização directa da sua imagem em exclusivo para um fabricante de roupa masculina, com uma remuneração muito superior e aceitou, com efeito imediato, comunicando imediatamente ao seu clube que lhe retirava a autorização para explorar a sua imagem. O clube não aceitou, e continuou a fazer o que já fazia.

Quid júris<sup>1</sup>?

2. António herdou uma moradia que passou a habitar. Como estava muito degradada, fez nela obras de substituição das redes de água e electricidade, instalou um sistema de aquecimento central e procedeu à sua pintura geral interior e exterior. Na piscina, retirou o revestimento interior, cuja cor lhe desagradava e substituiu-o por azulejos antigos muito caros. Embora o telhado não estivesse em mau estado, substituiu as telhas, por telhas vidradas (mais bonitas). O testamento veio, porém, a ser anulado e António teve de restituir a casa. Agora pretende ser compensado das despesas que fez nela. Quid juris?

3. A Associação para a Defesa dos Golfinhos recebeu um donativo anónimo e aplicou-o na compra de Dólares dos E.U.A., na convicção de que a sua cotação já não podia baixar mais e que iria subir. Com isto, obteria mais fundos para prosseguir o seu fim.



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

Quid juris?

II - Responda a duas das seguintes três questões:

A - Diferença entre o fundamento da interdição e da inabilitação.

B- Diferença entre partes integrantes e coisas acessórias

C - Diferença entre legitimidade e capacidade

Cotação: I - 6 valores cada; 11-4 valores cada



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

FREQUÊNCIA DE TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

27 de Novembro de 2007

1º SEMESTRE

TURMA A

Duração da prova: 60 minutos

I Grupo:

Considere as questões seguintes, respondendo em não mais de 15 linhas, e escolhendo

APENAS DUAS QUESTÕES:

- 1 - Situe no tempo a terceira sistemática, caracterizando-a, e evidencie a sua importância no actual Direito Civil Português.
- 2 - Diga o que entende por "dogmática integrada" evidencie a sua importância no processo de construção do Direito.
- 3 — Justifique a seguinte afirmação: " Não existem, verdadeiramente, relações Jurídicas absolutas".
- 4 - Distinga: "expectativa de facto " de "expectativa jurídica", caracterizando o tipo de situação jurídica a que se reconduzem.

II Grupo:

Considere as seguintes hipóteses, apresentando justificação legal e doutrinal para as soluções que apresente:

Hipótese 1:

Anacleto pretendia há já muito tempo adquirir um jogo para a sua Playstation 3. Bento, seu amigo, sabendo desse seu desejo, colocou na mochila de Anacleto o seguinte bilhete: " Tenho o PÉS 2008. Vendo-to por 40 euros. Responde-me assim que possas. 20 - 11- 2007. Bento. "

Anacleto, que não se apercebera da actuação do amigo, só encontrou o bilhete, no final do

sexto dia. Apressado, correu para casa de Bento, onde só chegou às 23:00h. Apercebendo-se do adiantado da hora, optou por deixar na caixa do correio um bilhete onde aceitava o negócio.

No dia seguinte, Bento faltou às aulas e, durante urna conversa no messenger com César, este diz-lhe: "Estou mesmo com vontade de experimentar o PÉS 2008. Já conheces? Dizem que é genial. Estou mal de finanças, mas ainda assim sempre pagaria até 50 euros por ele..." Bento, que tinha o dito PES, imediatamente responde: "Vendo-to por 50 euros. Aceitas?"

César responde logo que sim, e diz-lhe que vai já até lá a casa buscar o jogo. Entretanto, toca a campainha: era Anacleto, que dizia vir buscar o PÉS 2008, estendendo simultaneamente a Bento um envelope com os 40 euros. Este recusa-se a entregar-lho, dizendo que acabara de o vender a César. Anacleto insiste que o jogo é dele, pois deixara aceitação na caixa postal de Bento no dia anterior. Bento dirige-se à caixa postal onde efectivamente encontra um bilhete de Anacleto. Contudo, nessa noite chovera muito, e só a muito custo se conseguia entender o que lá estava escrito.

Enquanto os amigos discutiam, chega César, entusiasmado, e perguntando pelo seu jogo. Ao entrar em casa de Bento, César escorrega no soalho de madeira, que pouco antes havia sido encerado. Cai, parte uma costela, e exige a Bento que lhe pague as despesas do hospital e lhe entregue o PES, pois sempre se poderá entreter enquanto durar o internamento.

Quid iuris?

Hipótese 2:

Antónia necessitava lavar um casaco de pele. Ao passar por uma lavandaria lê o seguinte

letreiro: "Promoção da semana: 20% de desconto na lavagem e tratamento de casacos de pele.

" Assim, no dia seguinte Antónia leva o casaco à dita lavandaria, pagando de imediato o preço devido. Passada uma semana, no dia do levantamento do casaco, Antónia verifica que o



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

mesmo se encontrava totalmente manchado. Indignada exige que a lavandaria lhe devolva o preço pago pelo serviço e a indemnize pelo dano sofrido. Bernardete, dona da lavandaria chama-a à atenção para o aviso colocado na parede, e reproduzido no verso do talão de levantamento das peças: "Este estabelecimento não se responsabiliza por danos apresentados nas peças de pele. "

Quid iuris?

Cotação:

I grupo: 2,5 valores cada questão

II grupo: Hipóteses 1-9 valores; Hipótese 2-6 valores.



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I

Exame do 1º Semestre do Ano Lectivo 2007/2008

Turma A

8 de Janeiro de 2008

Duração da Prova: 120 minutos

I Grupo:

Considere as seguintes questões, respondendo a apenas duas em não mais de 15 linhas.

- 1) Explícite o sentido e significado da primazia da materialidade subjacente na concretização da boa-fé.
- 2) Distinga e enquadre juridicamente os conceitos de “responsabilidade patrimonial” e “responsabilidade civil”.
- 3) Explícite as razões pelas quais é possível afirmar que os institutos da autonomia privada e da boa fé não são sempre, na sua aplicação prática, concordantes; apresente exemplos que permitam ilustrar essa afirmação.

II Grupo:

Considere a seguinte hipótese, enquadrando e resolvendo as questões suscitadas com a devida fundamentação jurídica, legal e doutrinal:

Antónia, professora do 12º ano de escolaridade, que até ao momento sempre tinha andado destacada a prestar serviço em vários locais do país, teve no presente ano lectivo uma boa notícia: segundo informação do Ministério da Educação, Antónia passaria a ocupar uma vaga definitiva numa escola de Lisboa.

Encantada com a novidade, assim que soube, Antónia começou a procurar casa. Assim, tendo passado por uma conhecida imobiliária, Antónia viu afixado na respectiva montra, o seguinte anúncio: “Vende-se apartamento, 3 assoalhadas, 3 frentes, box para dois carros, situado no



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

Parque dos Príncipes, por 175 mil euros. ". Conhecedora do preço da propriedade em Lisboa, Antónia, entusiasmada, entra na imobiliária e declara que pretende adquirir o dito imóvel.

Bento, agente imobiliário, sugere que se faça uma visita ao local, advertindo porém que a decisão terá de ser rápida, pois trata-se de um imóvel em "saldo". Antónia, certa de que faria um bom negócio, declara que pretende marcar imediatamente a respectiva escritura, pelo que prescinde da dita visita.

No dia apazado, Antónia e Bento, deslocam-se ao cartório notarial onde é lavrada a escritura do referido imóvel pelo preço de 100 mil euros, tal como ambos tinham combinado. Satisfeita com a aquisição, Antónia desloca-se então ao imóvel adquirido. Lá chegada, é com desagrado que verifica que o imóvel, ao invés de ter 3 quartos, como esperava, possuía apenas 2 e sala de estar. Assim, Antónia telefona a Bento declarando que não lhe enviará o cheque dos 75 mil euros remanescentes, porquanto o imóvel não correspondia ao descritivo anunciado e, tivesse ela sabido disso, jamais o teria adquirido.

No dia seguinte, Antónia toma conhecimento de que, afinal, a informação segundo a qual tinha sido colocada definitivamente, em Lisboa, não correspondia à realidade, devendo-se apenas a "um lamentável erro do sistema informático". Imediatamente, Antónia contacta o seu gestor de conta, dando ordem para cancelar o cheque de 100 mil euros que tinha emitido à ordem da imobiliária onde Bento trabalhava.

Bento contacta-o, brilhante jurista formado pela excelsa Faculdade de Direito de Lisboa, para saber o que poderá fazer para resolver esta situação.

O que lhe diria?

Colação: I Grupo: 3 valores cada questão; II Grupo: 14 valores.

FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Teoria Geral do Direito Civil - I

2º ano - Turma B



Teste 8 de Janeiro de 2008

I.

Mário e Maria são casados. Maria engravida de Mário e diz-lhe que se considera muito nova para a maternidade, que esta gestação prejudicaria a sua carreira profissional e que pretende abortar nas primeiras 10 semanas da gravidez. Não se verifica qualquer outro dos fundamentos de não punibilidade de interrupção voluntária de gravidez previstos na Lei.

Mário, invocando a qualidade de pai e de representante legal do nascituro, requer ao Tribunal que Maria seja impedida de abortar, de modo a prevenir a ofensa ao direito à vida do seu filho e o seu próprio direito à paternidade.

Em simultâneo, embora em processo separado, requer em Juízo a interdição de Maria por anomalia psíquica revelada, pela vontade de abortar que, segundo alega, põe em risco a própria vida e integridade psíquica de Maria e dá publicidade à acção nos termos da lei.

Maria contesta invocando ter direito subjectivo a dispor do seu corpo e da sua gravidez, e à maternidade responsável, que qualifica como "um novo direito de personalidade", acrescenta que o embrião não é pessoa, mas antes uma coisa móvel, um fruto natural pendente que lhe pertence enquanto não for separado. Alega ainda que Mário não tem o direito que se arroga e que, se o tivesse, estaria a exercê-lo com abuso de direito.

O Tribunal entende que o embrião é uma coisa móvel em compropriedade de Mário e Maria, por resultar do contributo genético dos dois, e que, por aplicação "extensiva ou analógica" do art. 1408º do Código Civil, só com o acordo de ambos pode ser destruído.

Quid iuris?

II.

Diga o que se lhe oferecer sobre duas das três seguintes questões:

- O princípio da especialidade das pessoas colectivas põe em crise a capacidade ou a legitimidade na sua actuação?



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

- Qual a diferença entre representação sem poderes e abuso da representação?
- Qual a relevância do princípio de autonomia privada e do princípio da equivalência na fixação do preço?

Tempo da prova: 2 horas e 30 minutos

Cotações: 1(10), II (6); qualidade da argumentação, da expressão, da ortografia e da caligrafia (4)

Faculdade de Direito de Lisboa

Teoria Geral do Direito Civil

1º ano, turma B

Teste

14 de Janeiro de 2008

I.

O semanário Tretas, numa reportagem sobre o mundo da moda, afirmou que a conhecidíssima modelo Piggy era viciada em tabaco e andava em tratamento nos fumadores anónimos. Nessa reportagem publicou fotografias de Piggy de cigarro aceso na boca.

Piggy processou a jornalista social Tricky, autora do texto e directora do semanário. Alegou ser falso que fosse viciada em tabaco, que aquela fotografia tinha sido tirada no exercício da sua profissão de modelo para publicidade de uma marca de tabaco e que tal publicação prejudicava gravemente a sua reputação pessoal e profissional, constituindo difamação. Pediu uma indemnização no valor das perdas de contratos e de clientela subsequentes à publicação e dela consequentes, acrescida de €10.000 pelo uso não autorizado da fotografia (o que constituiria o seu valor de mercado). Alegou ainda ter ficado em depressão em consequência da notícia, tendo começado a beber e a fumar.

No número seguinte do semanário, Tricky escreveu que Piggy fumava às escondidas nas casas de banho e exibiu imagens de Piggy a fumar na casa de banho de um bar, obtidas pelas

câmaras CCTV de segurança desse bar.

Piggy, acusou então Tricky de violar a sua privacidade e requereu a destruição dos vídeos (que teriam sido gravados com finalidades de segurança) dizendo que o seu uso constituiria abuso do direito.

Tricky invoca o direito constitucional de informar e Piggy o direito constitucional à honra e à privacidade.

O namorado de Piggy, produtor de televisão, lançou uma nova telenovela, chamada Risky Business, cuja personagem central é Risky, uma jornalista social muito ambiciosa e gananciosa, viciada em cocaína, que constrói e destrói reputações a troco de dinheiro. No início e no fim de cada episódio é exibida uma inscrição “obra de ficção: qualquer semelhança com pessoas ou acontecimentos reais é pura coincidência”. Não obstante, o público identificou Risky com Tricky, os leitores deixaram de levar Tricky a sério e o Tretas caiu nas vendas e tiragens tornando-se irrelevante.

Tricky acusa o produtor da novela de lhe destruir a reputação e dignidade, de lhe causar danos materiais e morais, e pretende que seja intimado a interromper a emissão da Risky Business e a destruir os respectivos suportes audiovisuais.

O produtor responde que Tricky não pode ser atingida na sua reputação nem na dignidade porque a obra é de ficção, sendo bem publicitado que não se refere a pessoas nem a factos reais, e que Tricky já não tinha nem reputação nem dignidade, não sendo possível destruir o que não existe. Invoca ainda o direito de criação artística que faz parte do direito ao livre desenvolvimento da personalidade.

Aprecie este caso, nas perspectivas dos intervenientes e diga, fundamentando, como deve ser julgado.

II

Relacione:

1. Poder potestativo e ónus.
2. Representação sem poderes e abuso de representação.

Tempo da prova: 90 minutos

Cotações: I- 12; II-8; a qualidade de argumentação e de expressão podem conduzir a um acréscimo ou decréscimo de 3 valores.

Teoria Geral do Direito Civil

1º ano B, 13 de Novembro de 2008

I

Num jantar da sua subturma, António tira uma fotografia para recordação desse dia. A fotografia mostrava todos os colegas, em volta da mesa, a brindarem para a objectiva. Em casa, António imprime a fotografia e coloca-a no seu quarto.

Alguns meses depois, António aborrece-se com Berta, sua colega. António, então, que é dotado para o desenho, resolve estudar a fotografia e elaborar uma caricatura de Berta, que baptizou de “A Badalhoca” e cedeu a uma das listas concorrentes à Associação de alunos 8sem esclarecer acerca da origem da caricatura), para que fosse usada como “bombo da festa” da campanha.

A caricatura, elaborada a carvão, não obstante as deformidades, permitia a quem conhecesse Berta, associá-la ao desenho.

Berta, muito agastada, pretende uma indemnização de António e, ainda, a eliminação da caricatura e de todas as suas reproduções.

António afirma que Berta não pode coarctar a sua liberdade de expressão e a sua criatividade e que, se se identifica com A Badalhoca, o problema é seu.

Quid iuris?

II

Identifique, fundamentadamente, a ou as situações jurídicas de que quer António quer Bento



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

são titulares:

António adquiriu um terreno que não tem comunicação com a via pública.

Nos termos do art. 1550.º, n.º1, do Código Civil, António declara a Bento proprietário do prédio rústico vizinho, que pretende passar por certo local do prédio de Bento.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

1º ANO – Turma: B (Dia) – 2007/2008

FREQÜÊNCIA ESCRITA DE TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

REGÊNCIA: Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos

10/12/2007 Duração: 60 minutos

I – Aprecie dois dos seguintes três casos:

1. Alfredo, futebolista célebre, cedeu ao seu clube, por contrato, o direito à exploração da sua imagem, o que o Clube fez cedendo-o por quantias elevadas para campanhas de publicidade várias. Mais tarde, Alfredo recebeu uma proposta de comercialização directa da sua imagem em exclusivo para um fabricante de roupa masculina, com uma remuneração muito superior e aceitou, com efeito imediato, comunicando imediatamente ao seu clube que lhe retirava a autorização para explorar a sua imagem. O clube não aceitou, e continuou a fazer o que já fazia.

Quid Júris?

2. António herdou uma moradia que passou a habitar. Como estava muito degradada, fez nela obras de substituição das redes de água e electricidade, instalou um sistema de aquecimento central e procedeu à sua pintura geral interior e exterior. Na piscina, retirou o revestimento interior, cuja cor lhe desagradava e substituiu-o por azulejos antigos muito caros. Embora o telhado não estivesse em mau estado, substituiu as telhas, por telhas vidradas (mais bonitas). O testamento veio, porém, a ser anulado e António deve de restituir a casa. Agora pretende ser compensado das despesas que fez nela.



associação académica da  
faculdade de direito de lisboa

Quid Júris?

3. A Associação para a Defesa dos Golfinhos recebeu um donativo anónimo e aplicou-o na compra de Dólares dos E.U.A., na convicção de que a sua cotação já não podia baixar mais e que iria subir. Com isto, obteria mais fundos para prosseguir o seu fim.

Quid Júris?

II – Responda a duas das seguintes três questões:

A – Diferença entre o fundamento da interdição e da inabilitação.

B – Diferença entre partes integrantes e coisas acessórias.

C – Diferença entre legitimidade e capacidade.

Cotação: I – 6 valores cada; II – 4 valores cada

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Teoria Geral do Direito Civil II

Teste de avaliação contínua – Turma: 1º ano/Noite. Subturma 2 – 18.Abril.2008

Em 5 de Março Armindo enviou a Belmiro uma carta, com o seguinte conteúdo:

“Estou a pensar vender o meu Fiat, que conheces, por 10.000 euros. Caso te interesse, contacta-me”.

No dia 10 de Março, Belmiro remeteu o seguinte fax a Armindo: Compro o carro, mas apenas por 9.000 euros. Responde-me, com urgência”.

Dois dias depois, Armindo deixou uma mensagem no gravador de chamadas de Belmiro, manifestando a sua concordância. Porém, esta mensagem só foi ouvida em 14 de Março, por Célia, viúva de Belmiro, que falecera no dia 11.

Na semana seguinte, Armindo soube da morte de Belmiro e vendeu, por escrito, o Fiat a Daniel, que o adquiriu para transporte de contrabando.

Quid Juris?